

NOMES INVISÍVEIS C.P.L.P. E CULTURA

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa celebrou dez anos de existência em Julho passado. Com enorme descontinuidade territorial, integra oito países em diferentes estádios de desenvolvimento e com diferentes interesses geoestratégicos e importância na cena internacional.

A organização desenvolve muitas actividades, entre reuniões internacionais, colóquios, acordos de cooperação, eventos culturais, científicos e desportivos. Todavia, nada ocorreu com um impacto público de primeira linha. Dir-se-á que a culpa não é da Organização. Não será. Os fundos de suporte ao funcionamento e actividade são baixos. E as organizações intergovernamentais são muito o que os respectivos Estados desejam que sejam (ou não sejam). Os países-membros da C.P.L.P. pertencem a outros mecanismos de cooperação internacional a que, dependendo da circunstância, dão prioridade no plano dos fins gerais (Organização dos Estados Americanos, ASEAN, União Africana, União Europeia, etc.) ou no dos fins específicos. Por sinal, tanto a Commonwealth (que reúne o Reino Unido e antigas colónias britânicas) como a Francophonie (que reúne a França e países francófonos) têm presença nas respectivas fileiras de Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Moçambique.

O “elo cultural” pode ser decisivo na cooperação entre os países de língua portuguesa. Não se trata só da ratificação/não-ratificação do famoso Acordo Ortográfico, aspecto central de uma história (História) secular que tem em Portugal e Brasil os principais protagonistas ou, se se quiser, antagonistas.

Quando, em 1997, organizei a primeira Bienal dos Jovens Criadores dos Países de Língua Portuguesa, que decorreu em Cabo Verde, houve, apesar da colaboração dos diversos governos, muitas dificuldades: a triagem dos criadores era feita em cada país com critérios muito diferenciados, a capacidade económica para garantir uma presença era muito limitada em alguns casos e apesar de a Cena Lusófona já estar no terreno, quase nada acontecia na ligação das artes contemporâneas dos países em causa. Diferentes foram as dinâmicas dos projectos artísticos híbridos que levaram a arte africana de antigas colónias inglesas e francesas a Nova Iorque, Paris ou Londres nos anos 90. Mas o veículo de transporte/apresentação não foi, neste caso, marcadamente ocidental?

Entretanto, surgiram o projecto ArtAfrica e a Trienal de Luanda, que revelaram um interesse internacional por artistas africanos de antigas colónias portuguesas. Sem C.P.L.P.

A C.P.L.P. não faz justiça à diáspora portuguesa: do Uruguai ao Japão, da China ao Norte de África, da Índia à Tailândia. O constrangimento estatutário relativamente aos Estados falantes do português e a propositada indiferença brasileira tiram-lhe perspectiva histórica e capacidade de influência. Os franceses inventaram o conceito de francofonia e dele têm tirado proveito (por vezes com mérito, outras nem por isso). Apesar de se falar de lusofonia, por comparação, o conceito não é operativo. O que se trata é, do lado português, aproveitar esta entidade para actualizar a relação de Portugal com espaços da diáspora. A C.P.L.P. pode ser um espaço privilegiado para o efeito, visto que todos os seus membros estão em posição de igualdade institucional, e fundar aí projectos culturais abrangentes evitaria os fantasmas de tentativas de neocolonialismo (o que mais facilmente acontecerá em certas acções se o agente for o Instituto Camões, o ICEP, etc.).

Percebe-se que o trabalho das organizações internacionais muitas vezes deve ser de paciência, de formiga. Mas espera-se que a ambição, o rasgo, o brilho, também possam marcar presença. |